

# Comerciante invasor desafia legislação

Ailton C. Freitas

**Luiza Damé**

Os comerciantes de Ceilândia que invadiram áreas públicas vão aguardar determinação judicial para que destruam as construções irregulares e, ainda assim, pretendem recorrer da decisão da Justiça. Eles alegam que se o GDF mantiver a posição de coibir essas infrações, obrigando-os a diminuir a área construída de seus estabelecimentos, também serão obrigados a demitir funcionários, devido à inevitável queda no volume de vendas.

O governador Wanderley Lima determinou segunda-feira ao administrador regional de Ceilândia, Jorge Roberto Ferreira, que aja com rigor para impedir que os comerciantes continuem usando indevidamente as áreas públicas, muitos impedindo a livre circulação dos pedestres. Segundo Jorge Roberto, a Administração já iniciou o levantamento e a notificação dos proprietários de estabelecimentos que possuem construção em área pública, solicitando que as obras sejam demolidas.

Para o gerente administrativo da Santa Teresinha Cerealista, Gilberto França, a decisão do GDF é política e visa mostrar serviço à população de Ceilândia, que "terá papel decisivo nas próximas eleições", ameaçando os comerciantes que têm algum poder. Há dois anos, a empresa construiu um muro para proteger o estacionamento de caminhões que fazem o transporte das mercadorias, invadindo uma área pública de 500 metros quadrados, aproximadamente.

## Negociação

Alegando que o tamanho legal do prédio — 250 metros quadrados — era insuficiente para o bom atendimento a clientela das quadras vizinhas, um dos proprietários do Supermercado Espírito Santo, na EQNN 3/5, Albino Antônio Maniero, disse que se tiver que demolir a ampliação de 240 metros quadrados feita durante o último Carnaval, "será melhor fechar o mercado e demitir os 30 funcionários que estão trabalhando aqui".

Ele reconhece que já recebeu duas notificações — uma logo após a construção, e outra no último dia 18 — mas pretende aguardar uma decisão judicial, para ingressar com um mandado de segurança, na



*Os donos do Supermercado Espírito Santo afirmam que serão forçados a demitir se tiverem que demolir a área invadida*

tentativa de cancelá-la. "Eu sei que estou errado, mas também preciso me defender", admitiu.

Já o presidente da Associação Comercial e Industrial de Ceilândia (Acic), Paulo Alceu de Almeida Pereira, pretende intermediar uma negociação entre o GDF e os comerciantes locais, visando à regularização das invasões "que não estejam agredindo a legislação", mediante o pagamento de taxas.

O presidente da Acic atribui as invasões ao mau planejamento da cidade pelo Governo. "Eles nunca imaginariam que em 19 anos um assentamento chegaria a ter uma população de 600 mil habitantes e um comércio desenvolvido", argumentou.